



Moreira Mariz



Gerardo Magela

Líderes de todos os partidos recomendaram aprovação de mudanças nas regras do Orçamento da União: proposta será analisada agora por deputados

Orçamento impositivo vai ao exame da Câmara

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional de Antonio Carlos Magalhães que obriga o presidente da República a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso. Também foram acolhidos outros projetos e indicações de autoridades. **Páginas 3 e 4**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessões seguidas para votar proposta



Entre Pedro Simon (E) e Romeu Tuma, Luiz Otávio preside a reunião da CAE

Lei do Gás passa na CAE e deve ter tramitação rápida

O projeto que estabelece regras para as atividades do setor de gás natural foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta de Rodolpho Tourinho foi acolhida nos termos de substitutivo de

César Borges e deve ter tramitação rápida no Congresso, segundo acordo com a liderança do governo. A ausência de marco regulatório consistente tem sido apontada como obstáculo ao uso do gás. **Página 6**

Amorim critica ação de Israel no Líbano

O governo brasileiro condena as ações militares “desproporcionais” de Israel no Líbano. A afirmação foi feita pelo chanceler Celso Amorim, em audiência no Senado. **Página 6**



Jane Araújo

Amorim: governo trabalha por um cessar-fogo no Oriente Médio



Jereissati lê o substitutivo que foi acolhido pelos integrantes da Comissão de Justiça

CCJ aprova fim da reeleição para chefes do Executivo

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o substitutivo do senador Tasso Jereissati à proposta de emenda constitucional de Sibá Machado que acaba com a reeleição

para cargos de presidente da República, governador e prefeito. A medida, que poderá valer a partir de 2010, segue para votação em Plenário e, se aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados. **Página 5**

J. Freitas

Corregedoria ouve assessores dos senadores citados

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), marcou para hoje o depoimento do ex-assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) Marcelo Cardoso Carvalho, preso pela Polícia Federal na Operação Sanguessuga, sob a acusação de pertencer à quadrilha que comandava um esquema para a aquisição fraudulenta de ambulâncias a partir de emendas ao Orçamento.

O depoimento é a primeira providência do corregedor para encaminhar as investigações preliminares em torno da suposta participação de três senadores no esquema. Além de Suassuna, estão sendo investigados o senador Magno Malta (PL-ES) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Os três fazem parte do rol de parlamentares investigados pela CPI dos Sanguessugas.

Em sua defesa, Suassuna tem declarado que nada sabe da atuação de Carvalho, demitido pelo senador logo após a publicação das denúncias de que recebeu dinheiro da Planam. Suassuna anunciou ainda que está processando seu ex-colaborador, assim como o sócio-proprietário da Planam Luiz Antonio Trevisan Vedoin, autor das denúncias.

– Estou surpreso. Não sabia da relação dele com o esquema – declarou Suassuna.

Tuma já adiantou que, no caso de Serys, será ouvido primeiramente o genro da senadora, Paulo Roberto, em cuja conta teriam sido depositados recursos provenientes da Planam. No caso de Magno Malta, será ouvido de início o deputado federal licenciado Lino Rossi (PP-MT), que teria emprestado ao senador pelo Espírito Santo um carro pertencente à família Vedoin.

Empresário não compareceu à oitiva prevista para ontem, alegando estar amedrontado por ter de vir a Brasília. Se faltar hoje, pode ser preso novamente

Depoimento de Vedoin à CPI é remarcado para hoje

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), informou que o depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, um dos donos da Planam, foi remarcado para hoje, às 9h, na Superintendência Regional da Polícia Federal, em Brasília. Caso se recuse a vir, Vedoin poderá ter sua prisão decretada pela Justiça de Cuiabá, segundo explicou o presidente da CPI. O empresário usufruiu do benefício da liberdade provisória, segundo explicações de Biscaia.

De acordo com o presidente da CPI, todos os procedimentos legais, incluindo a autorização judicial, foram tomados para que Vedoin viesse a Brasília ontem, para prestar depoimento, como havia sido anunciado pela direção da CPI. O empresário não compareceu, sob a justificativa, apresentada por sua advogada, de que estaria se sentindo amedrontado por ter de vir a Brasília.

– Se essa fosse a razão, nós iríamos a Cuiabá. Essa alternativa foi apresentada. O

juiz Schneider [Jeffersson Schneider, juiz da 2ª Vara Federal de Mato Grosso] disse que Vedoin poderia depor em Brasília e que se fosse expedido um ofício da CPI para ele depor aqui e ele não concordasse, poderia até ser decretada novamente sua prisão. Diante disso, o ofício foi expedido e o depoimento confirmado – informou.

Relatório

Biscaia reforçou que o relatório da comissão deverá estar pronto na próxima quinta-feira e que deverá tratar especificamente do envolvimento de parlamentares no esquema de compra de ambulâncias a preços superfaturados, com recursos de emendas do Orçamento.

– A CPMI foi instalada para apurar fundamentalmente o envolvimento de parlamentares na máfia dos sanguessugas. Isso está sendo cumprido com todo empenho, com toda a segurança e profundidade. Os desdobramentos também serão investigados no momento próprio – afirmou ele.

Malta: “Nunca comunguei com esses canalhas”

“Podem me matar ou armar tocaia para tirar a minha vida, mas me calar ninguém vai: nunca comunguei com esses canalhas roubadores de dinheiro público.” A frase foi dita ontem pelo senador Magno Malta (PL-ES), que mais uma vez negou envolvimento com a máfia das ambulâncias, que destinava emendas parlamentares para a compra superfaturada de equipamentos para a área de saúde.

O senador pelo Espírito Santo agradeceu aos remetentes dos e-mails de solidariedade que recebeu nos últimos dias. Ele levanta a possibilidade de ter sido incluído entre os parlamentares que tinham negócios com a



Magno Malta agradece mensagens de solidariedade que tem recebido

Rosewell Pinheiro

empresa Planam pelo fato de ter presidido a CPI do Narcotráfico. Malta acredita que pessoas que tiveram interesses prejudicados naquela investigação estariam agora procurando se vingar.

– Não devo absolutamente nada nem tenho qualquer tipo de ligação com essa gente indigna e podre. Não me acovardo, não sou filho de pai covarde, não tremo nas pernas – afirmou.

Magno Malta expressou sua confiança na inocência da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), também acusada de envolvimento no esquema fraudulento.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa do Plenário

O Plenário realiza sessão às 14h e deve examinar propostas de emendas à Constituição. A definição das matérias a serem votadas pelo Senado depende ainda do trabalho da Câmara, onde estão medidas provisórias encaminhadas pelo Executivo. Também pode ser realizada sessão conjunta do Congresso para promulgar propostas, desde que haja acordo de lideranças.

Indicações para embaixadas

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem reunião para votar as indicações dos diplomatas Paulo Alberto da Silveira Soares ao cargo de embaixador do Brasil em Singapura e Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer, cumulativamente, as chefias das embaixadas na Noruega e na Islândia.

Comissões promovem audiências

As ações afirmativas e o Estatuto da Igualdade Racial são os temas de duas audiências conjuntas das comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A primeira, às 10h, ouve os ministros da Educação, das Relações Institucionais e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. A segunda, às 14h, ouve professores da Universidade de Brasília e outros especialistas.

Nomes para direção da ANTT

Com reunião marcada para as 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa a recondução de Francisco de Oliveira Filho à diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a indicação de Wagner de Carvalho Garcia para a diretoria da mesma agência reguladora.

Comissão do Mercosul

Às 9h, a Comissão Conjunta do Mercosul analisa tratados internacionais. Entre eles, o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, assinado pela Argentina, Paraguai, Brasil, Colômbia, Equador e Bolívia.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e

Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza e Efraim Morais

União poderá organizar serviços de meteorologia

A proposta de emenda à Constituição que introduz a criação do sistema nacional de meteorologia e climatologia entre as competências da União (PEC 12/03) foi aprovada ontem em Plenário, por unanimidade, em segundo turno e em forma de substitutivo. A matéria, apresentada por Osmar Dias (PDT-PR), segue para a Câmara.

Pelo texto aprovado, caberá à União organizar e manter os serviços oficiais de meteorologia e climatologia, e definir a política nacional do setor.

A proposição visa garantir unidade ao trabalho realizado por órgãos federais, como o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e por entidades públicas estaduais e empresas privadas. A intenção é agilizar, assegurar confiabilidade e democratizar as informações do sistema. Ao defender a matéria, Osmar Dias destacou a importância de inserir na Constituição um serviço fundamental para nortear as ações nas áreas de agricultura e defesa civil.

Acolhidos diplomatas para dez embaixadas

O Senado aprovou dez mensagens do presidente da República com a indicação de diplomatas para ocuparem o cargo de embaixadores do Brasil.

Os senadores acataram a indicação de Antonio José Rezende de Castro para embaixador em Ruanda e, cumulativamente, no Quênia; Carlos Roberto Guimarães ocupará o cargo de embaixador no Gabão e na República do Congo. Pedro Motta Coelho foi aprovado para ocupar cumulativamente o cargo de embaixador em Israel e no Chipre; e Luiz Fernando Athayde para o cargo de embaixador junto à Trinidad e Tobago e à Comunidade Dominicana.

O Plenário também aprovou a indicação de Hélio Magalhães de Mendonça para o Sudão; a de Carmelito de Mello para a República de Benin; e a de Haroldo Valadão Filho para a Croácia. Para a Tunísia foi aprovada Marília Sardenberg, e para o Togo, a de Arnaldo Caiche d'Oliveira. Fernando Paulo Barreto Filho teve indicação aprovada para o cargo de embaixador em Vanuatu e em Papua-Nova Guiné.

Presidente da República deverá cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso, segundo a PEC acolhida em segundo turno pelo Plenário e que será examinada pela Câmara



Matéria passou pelo exame dos senadores após duas sessões extraordinárias convocadas em seqüência e com o apoio dos líderes

Senado conclui aprovação do Orçamento impositivo

O Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, com 55 votos a favor e nenhum contra, a proposta de emenda constitucional (PEC 22/00) que obriga o presidente da República a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso (Orçamento impositivo). Todos os partidos recomendaram a aprovação e a emenda constitucional vai agora ao exame da Câmara.

De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta estabelece que, se o presidente da República não cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso, estará cometendo crime de responsabilidade e, portanto, podendo ser submetido a processo de *impeachment*.

Apenas em casos de dificuldades econômicas e financeiras o presidente poderá pedir aos parlamentares para cancelar ou contingenciar (adiar execução) alguma verba do Orçamento, desde que apresente seu pedido aos parlamentares até agosto. Se o Congresso não se manifestar sobre a solicitação em 30 dias, ela será considerada aprovada.

A aprovação da matéria só foi possível porque o presidente do Senado, Renan Calheiros, com apoio dos líderes partidários, convocou duas sessões extraordinárias em seqüência, pois a votação de uma emenda constitucional em segundo turno exige três sessões de discussão.

Durante a votação, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o Orçamento impositivo colocará um fim à era do "orçamento fictício", quando o Congresso discute e emenda a lei orçamentária, mas esta não é cumprida pelo presidente da República.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que, nos Estados Unidos, o Orçamento é impositivo, acrescentando que a mudança poderá "minimizar o risco" de uso político do Orçamento, quando o governo dá prioridade a projetos para as regiões dos parlamentares da base governista na liberação das emendas. O senador Almeida Lima (PMDB-SE), que também apoiou a emenda, defendeu a implantação no país do "orçamento exclusivo", no qual ficaria proibido o repasse de verbas federais para estados e municípios. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que o orçamento obrigatório "restaura a autoridade do Congresso".

Longa tramitação

O projeto do orçamento impositivo foi apresentado há seis anos pelo senador Antonio Carlos Magalhães e, durante sua tramitação, recebeu emendas do então líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Uma delas estabelece que o governo terá 120 dias para apresentar um projeto de lei complementar regulamentando os termos das mudanças. Não há prazo para se

votar a regulamentação, mas um dos artigos determina que as modificações serão introduzidas no segundo ano depois da aprovação da emenda constitucional. Se ela for aprovada ainda neste ano pela Câmara, o Orçamento impositivo seria aplicado já em 2009.

A proposta extingue a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e fixa que o projeto orçamentário será discutido nas comissões temáticas do Congresso. O fim da CMO não constava do projeto original e foi proposto pelo senador Aloizio Mercadante.

O projeto muda ainda os prazos de tramitação das leis orçamentárias no Congresso e exige que os deputados e senadores votem o Orçamento até o último dia do ano, para entrar em vigor no primeiro dia do ano seguinte. Se eles não votarem o Orçamento, não poderão entrar em recesso. Hoje, o Congresso pode entrar em recesso mesmo sem a votação até 31 de dezembro, o que tem gerado reclamações do Executivo, por enfrentar dificuldades no funcionamento da máquina pública.

A proposição determina que o governo, ao elaborar o Orçamento, apresentará uma programação detalhada de gastos por estado, com a finalidade de reduzir as disparidades regionais. O Orçamento impositivo, se aprovado e promulgado pelo Congresso, terá de ser cumprido também pelos estados e municípios.

Herman Benjamin é confirmado como ministro do STJ

A indicação, feita pelo presidente Lula, do procurador de Justiça Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi aprovada ontem pelo Senado, com 51 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Ele vai ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Edison Vidigal.

Efraim Morais (PFL-PB) elogiou a escolha de Herman, "grande intelectual" oriundo do Ministério Público de São Paulo, que, na sua avaliação, "dará um novo desenho à jurisprudência do tribunal nas questões ambientais, por se tratar de uma das maiores autoridades no assunto".

— O presidente da República vem acertando nas indicações que tem feito para os tribunais superiores — disse Antonio Carlos Magalhães (PLF-BA), que recebeu o apoio do presidente do Senado.

Romero Jucá (PMDB-RR) salientou que Herman Benjamin terá importante colaboração a dar ao STJ. Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou a participação do procurador na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacou sua indicação por muitos magistrados, e ainda sua vasta produção acadêmica e intelectual.

Acatadas indicações para agências reguladoras

O Plenário aprovou oito mensagens presidenciais com indicações para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes foram aprovados para a diretoria da Aneel e Francisco José Rabelo do Amaral e Enildo Meira de Oliveira Júnior para o cargo de diretores da Adene.

Para diretores do Dnit foram aprovados José Henrique Coelho Sadock de Sá e Luiz Fernando de Pádua Fonseca. Para a ANS, foi aprovada a indicação de José Leôncio Andrade Feitosa.

Também foi aprovada a recondução de Ricardo Villas Boas ao cargo de conselheiro do Cade.

Plenário aprovou projeto da Câmara que determina o reinício da contagem do prazo de reclamação a partir da data em que o problema for solucionado pelo fornecedor

Consumidor terá 60 dias para reclamar por produto defeituoso

O prazo máximo para o consumidor registrar reclamação por defeito em produtos e má prestação de serviços foi estendido de 30 para 60 dias. É o que determina o projeto da Câmara, que altera o Código de Defesa do Consumidor, aprovado ontem pelo Senado. Quando se tratar de produtos duráveis, o período máximo passa de 90 para 180 dias. A matéria volta ao exame dos deputados, em virtude de alterações feitas pelos senadores.

O projeto (PLC 134/05) contém outra inovação: o reinício da contagem do prazo para reclamação, a partir da data em que o problema for solucionado



Modificado pelo relator, Valdir Raupp, texto volta para exame dos deputados

proteção contidos no Código de Defesa do Consumidor. O projeto é de autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP). No Senado, a matéria passou pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu duas emendas do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele esclarece que o reinício da contagem de prazo para nova reclamação alcança apenas a parte do produto que foi substituída ou do serviço novamente executado. O novo prazo de reclamação, no entanto, permanece limitado ao período original da garantia legal.

Planos devem cobrir despesas de acompanhantes



Para Luiz Pontes, é necessária a presença dos pais em internação de recém-nascidos

O Plenário aprovou ontem a redação final do projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que exige dos planos de saúde a cobertura das despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internados em unidade de terapia intensiva (UTI) ou similar. O conteúdo da matéria já havia sido aprovado em julho.

Na justificativa do projeto

(PLS 174/00), Luiz Pontes lembra que a interpretação dos planos de saúde, de que não há a necessidade de permanência no hospital de pais ou responsáveis, tem dificultado a permanência dos mesmos junto a crianças internadas em unidades de terapia intensiva. Segundo observou o senador, esse fato interfere negativamente no processo de recuperação.

Usina de Candiota terá empréstimo para ampliação

O limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), do Rio Grande do Sul será elevado, temporariamente, a US\$ 430 milhões. É o que determina projeto de resolução do Senado (PRS 48/06) aprovado ontem em regime de urgência. Com a promulgação do texto, a companhia poderá contratar empréstimo até esse valor junto à Eletrobrás, para realizar a segunda fase da ampliação da capacidade de geração de energia da Usina Térmica Presidente Médici, localizada em Candiota (RS).

Por falta de acordo, foi adiada a votação de projeto (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar seu limite de endividamento.

Senado acolhe voto de louvor a Desmond Tutu



Paulo Paim

O Senado aprovou requerimento de Paulo Paim (PT-RS) propondo voto de louvor ao bispo Desmond Tutu, por sua "intensa luta e grandes vitórias" em prol da paz mundial e, especialmente, pelo fim do *apartheid* na África do Sul.

Paim justificou o pedido argumentando que Tutu, bispo anglicano sul-africano, têm conduzido sua vida com um vigor sem igual nas batalhas humanitárias, tendo incluído em sua proposta para a sociedade sul-africana direitos civis iguais para todos.

1º de setembro: Dia do Profissional de Educação Física

O projeto da Câmara que institui o dia 1º de setembro como a data de comemoração do Dia do Profissional de Educação Física foi acolhido ontem pelo Plenário do Senado. A proposta vai à sanção presidencial.

A autora do projeto (PLC 57/06), deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), pondera que, após a regulamentação dessa profissão, em 1998, é justo que seja fixada uma data para comemorá-la. Lembra que já existem no Brasil mais de 200 instituições de ensino superior autorizadas a habilitar profissionais de Educação Física.

No Senado, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Empresários do ramo de energia apresentam análise do setor

Integrantes do Instituto Acende Brasil, do qual fazem parte empresas do setor elétrico, reuniram-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para apresentar um documento que analisa a situação do setor. O presidente do instituto, Claudio Sales, afirmou que estudo – intitulado Agenda 2020 – é desenvolvido a partir de quatro itens. O primeiro, a estrutura institucional, examina a forma como o setor elétrico está organizado, incluindo a questão do papel das agências reguladoras.

O segundo, denominado planejamento e expansão, estuda como compatibilizar um crescimento sustentado da oferta de energia com a necessidade de crescimento da economia brasileira.

Com relação ao item tributos e encargos, Claudio declarou que o assunto "representa um problema gravíssimo para o país, que talvez seja o campeão mundial de tributos e encargos incidentes sobre

a conta de luz". E no de política tarifária, ele destacou a avaliação da possibilidade de se implementar uma política que "contemple ao mesmo tempo a realidade do baixo nível de renda da sociedade brasileira e a necessidade de remunerar adequadamente os investimentos no setor".

Aneel

Em entrevista após a reunião, o presidente do Instituto Acende Brasil criticou a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ele disse que "é impossível ter um ambiente de competição seguro entre empresas estatais e privadas quando não há uma agência reguladora forte e independente, capaz de permanecer neutra perante os interesses do governo, dos consumidores e dos investidores".

– A Aneel, do jeito que está, sofre influências muito fortes do governo. Não é independente. E isso tem de ser corrigido – declarou Claudio Sales.



Renan Calheiros (D) recebe documento de integrantes do Instituto Acende Brasil

Sessão do Congresso é cancelada por dificuldade de quórum

Em virtude da dificuldade de quórum, principalmente na Câmara dos Deputados, o presidente Renan Calheiros resolveu cancelar a sessão do Congresso Nacional que estava programada para as 19h de ontem. Não foi marcada até o momento nova data para as deliberações conjuntas dos congressistas.

A convocação do Congresso Nacional, por acordo então firmado pelos líderes partidários, tinha como principal objetivo promulgar parte da proposta de emenda à Constituição que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), relativa ao

repasso de recursos financeiros aos estados.

De acordo com o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), líder da Minoria, a promulgação garantirá o repasse imediato de R\$ 500 milhões para o ensino fundamental, beneficiando, por exemplo, a Bahia com R\$ 30 milhões, o Paraná com R\$ 7 milhões e Santa Catarina com R\$ 6 milhões. Os recursos, segundo o senador, são proporcionais ao número de alunos matriculados nessa etapa de ensino em cada estado.

Os líderes pretendiam também colocar em votação os vetos do presidente Lula ao projeto de Lei de Biossegurança, sancionado em março do ano passado.

Proposta autoriza supermercados a venderem analgésicos e antitérmicos

Os supermercados poderão vender medicamentos analgésicos e antitérmicos ou que não precisem de prescrição médica. É o que determina o Projeto de Lei do Senado 146/06, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou substitutivo que inclui armazéns, empórios e lojas de conveniência entre os autorizados a comercializar. A proposta será encaminhada agora ao Plenário.

Também foi aprovado o PLS 597/99, de autoria do então senador José Eduardo Dutra, que garante distribuição gratuita de medicamentos, máquinas e materiais necessários à aplicação e ao monitoramento da glicemia capilar aos portadores de dia-

betes inscritos em programa de educação.

Na reunião, foi concedida vista coletiva ao projeto da Câmara 76/04, que estabelece penalidades ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa. Dois requerimentos também foram acolhidos. O primeiro, de autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO), Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PT-PR), pede uma audiência pública para debater o PLS 25/02, que define o chamado ato médico. O outro propõe a realização de audiência na CAS, proposta por Paulo Paim, para discutir a PEC 24/05 e o PLS 274/03, matérias que tratam da criação e da destinação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.



Sob a presidência de Valadares (E), CAS também aprovou projeto que beneficia diabéticos

Programa Fronteira Agrícola Norte recebe parecer favorável da CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deu parecer favorável a projeto de lei que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte. De autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o PLS 153 visa impulsionar as atividades agropecuária e extrativista nos estados que têm quase 70% das fronteiras secas do Brasil. A proposta, que foi relatada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), será agora examinada pelo Plenário.

A CRA aprovou ainda substitutivo apresentado em voto separado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao PLC 6/03, de autoria do deputado Alberto Fraga

(PFL-DF), que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

Na reunião, Jonas Pinheiro comunicou que o Congresso poderá convocar sessão para apreciar vetos do presidente da República a projetos de lei aprovados pelos parlamentares. Entre eles está o veto ao quórum exigido para as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), determinado na Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05). Jonas Pinheiro afirmou que, com o quórum exigido atualmente, a CTNBio não consegue se reunir.



Texto aprovado na CRA, em reunião presidida por Arns (D), favorece o setor agropecuário

De acordo com substitutivo aprovado por unanimidade pela Comissão de Justiça, a medida começa a valer em 2010. A matéria segue para votação em Plenário

Fim da reeleição de presidente, governador e prefeito passa na CCJ

O instituto da reeleição no Brasil para cargos do Executivo pode estar com os dias contados. É que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional de Sibá Machado (PT-AC) que acaba com a possibilidade de reeleição para cargos de presidente da República, governadores, prefeitos e quem os houver substituído nos seis meses anteriores à eleição. A medida, que começa a valer a partir de 2010, segue agora para votação em Plenário e, se aprovada, será encaminhada para análise da Câmara.

Para Sibá, a experiência do Brasil aponta sérios problemas do instituto da reeleição, como o abuso da máquina pública e a impotência dos mecanismos de controle dos excessos políticos e "politiqueiros".

Em seu parecer, Jereissati lembrou que foi favorável à emenda que criou a reeleição no Brasil, mas, em sua opinião, a medida não deu certo, trazendo tranqüilidade, crises políticas e enormes desigualdades ao país.

— No governo Fernando Henri-



Senadores da CCJ, presidida por Antonio Carlos (D), associam reeleição a crises políticas

que Cardoso, tivemos profundas crises, talvez todas originadas na questão da reeleição. Agora, no atual governo, vivemos em um clima de intranqüilidade, com sucessivas crises, muitas delas oriundas também da reeleição — declarou.

Concordaram com o relator os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Serys Shhessarenko (PT-MT). Embora tenha votado favoravelmente, Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu que o projeto começasse a vigorar a partir de 2012, para que não corresse o risco de ser questionado pelos candidatos eleitos este ano.

Já Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE), que também apoiou a proposta, sugeriu que, com o fim da reeleição, os mandatos para cargos do Executivo passassem a ser de cinco anos e não mais de quatro, como ocorre hoje.

Exterior

A CCJ acolheu ainda substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) à proposta que estabelece a representação, na Câmara, dos brasileiros residentes no exterior (PEC 5/05). Pelo projeto, cujo primeiro signatário é o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o artigo 45 da Constituição passa a garantir a criação de circunscrições especiais para a eleição de deputados federais que representem os brasileiros que residem em outros países.

Aprovada política de controle de males da exposição ao sol

O Brasil poderá ter sua Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde, a ser articulada conjuntamente pela União, pelos estados e municípios. A proposição foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por meio de parecer do senador Magno Malta (PL-ES) a projeto da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ).

Pela proposta (PLC 111/05), que segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o programa compreenderá medidas preventivas contra queimaduras, câncer de pele, catarata e outros danos causados pelo sol. Também prevê que sejam disponibilizados à população bloqueadores, filtros e protetores solares.

A CCJ acolheu ainda parecer de Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) a projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que garante prioridade na distribuição, pela Fundação Oswaldo Cruz, de medicamentos de uso pediátrico, de uso contínuo e dos destinados ao tratamento de doenças endêmicas.

Foi aprovado também parecer de Ideli Salvati (PT-SC) a projeto que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLC 81/06).

Projeto coíbe uso de recurso que visa retardar processo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem voto favorável de Demostenes Torres (PFL-GO) a uma emenda de Plenário do senador Romero Jucá (PMDB-RR) oferecida ao projeto da Câmara que altera o Código de Processo Civil para conferir efeito devolutivo à apelação (PLC 30/05). O projeto acaba com o fim da regra geral que atribui o efeito suspensivo.

No efeito suspensivo, a execução é interrompida até que a apelação seja julgada. No efeito devolutivo, não há interrupção da execução durante o julgamento do recurso. A emenda estabelece as hipóteses em que o magistrado deverá atribuir efeito suspensivo à apelação, acolhendo as situações em que há risco de dano irreparável ao recorrente.

Segundo Jucá, a mudança aumentará a celeridade dos tribunais de Justiça e valorizará as decisões do juiz de primeira instância, porque acaba com as vantagens da interposição de recursos protelatórios. No entanto, disse, a proposta falhou ao atribuir aos magistrados poderes para definir quando deverá haver situação de risco de dano irreparável para o recorrente, podendo, então, ser adotado o efeito suspensivo. O projeto volta para análise do Plenário.

Por sugestão do líder do governo, Romero Jucá, comissão mista deverá unificar os textos do projeto do Senado e de outro semelhante que tramita na Câmara

CAE aprova Lei do Gás, que terá exame acelerado no Congresso

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que estabelece regras para as atividades do setor de gás natural, entre as quais importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, distribuição e comercialização do produto. A proposta, conhecida como Lei do Gás, e de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), foi acolhida nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, Cesar Borges (PFL-BA).

Foi também aprovado acordo, de iniciativa do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que deve permitir uma tramitação mais rápida da matéria no Congresso. Com apoio de Tourinho e do relator, o líder propôs entendimentos para que seja constituída uma comissão mista de senadores e deputados destinada a elaborar um texto que unifique o projeto acolhido na CAE e um outro, de teor semelhante, que tramita na

Câmara dos Deputados.

A proposição (PLS 226/05) supre lacunas na Lei do Petróleo (9478/97), que trata apenas de aspectos referentes à prospecção e produção. A ausência de um marco regulatório consistente tem sido apontada como obstáculo ao crescimento do gás natural na matriz energética nacional, a despeito de sua maior utilização nos últimos anos na geração de

energia para uso industrial e na frota de táxis.

A matéria deverá ser examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) já com base no texto que será apresentado pela comissão mista. Depois, seguirá para a Câmara. A estratégia foi usada para acelerar a tramitação do novo marco regulatório do setor de saneamento básico.



Entre Tourinho (D), autor da proposta, e Jucá, César Borges apresenta seu parecer

Transpetro: empréstimo permitirá ampliação da frota

Mensagem presidencial solicitando a ampliação da capacidade de endividamento da Transpetro em R\$ 5,6 bilhões recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com essa autorização, a subsidiária da Petrobras poderá levantar empréstimo junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) para financiar programa de modernização e expansão de sua frota.

O programa tem como premissa a construção e reforma de navios no país, para alavancar o setor naval, que passa por prolongada crise. Estaleiros situados em três estados devem ser mobilizados – Pernambuco, Rio de Janeiro e

Santa Catarina. A previsão é que sejam criados 20 mil empregos. Devem ser adquiridas 42 novas embarcações de grande porte.

Embora sem se negar a aprovar a mensagem (MSF 204/06) e, até mesmo, o pedido de urgência para exame em Plenário, a oposição criticou o curto prazo para exame da proposta. Relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a solicitação teria chegado ao Senado 48 horas antes. Na opinião de muitos parlamentares, a pressa na aprovação tem como finalidade permitir o uso do tema na campanha eleitoral.

– É uma falta de respeito. Temos de aprovar a caneladas

para o presidente, com sua parolagem habitual, fazer propaganda eleitoral disfarçada – protestou Jefferson Péres (PDT-AM).

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) reagiu observando que, na linha em que estava seguindo o debate, também poderia ser oportuno apontar a responsabilidade de governos passados pelo desmonte da indústria naval.

A CAE acolheu ainda autorização (MSF 177/06) para elevação, em US\$ 430 milhões, do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), do Rio Grande do Sul. Ainda ontem, a matéria foi aprovada em Plenário.



Celso Amorim relata, em audiência da CRE e CAE, o trabalho de resgate de brasileiros

Amorim: governo brasileiro condena ações militares de Israel no Líbano

O governo brasileiro condena as ações militares “desproporcionais” que o Estado de Israel vem implementando no sul do Líbano, afirmou ontem, no Senado, o chanceler Celso Amorim, em audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Para o ministro, o conflito “pegou de surpresa” a todos, mas, mesmo assim, o governo trabalha no sentido de lutar por um cessar-fogo na região, “com o objetivo de pôr um fim à matança de civis”.

Celso Amorim informou que o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com as empresas aéreas nacionais e com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), resgatou até agora 2.250 brasileiros do território libanês. Disse que essa é a maior operação de resgate de brasileiros no exterior já registrada na história do país. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu o trabalho do chanceler ao determinar a evacuação de brasileiros, ao mesmo tempo em que também condenou os maciços ataques de Israel no Líbano.

O ministro defendeu, para após o cessar-fogo, o envio de forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Oriente Médio. Mas deixou claro que o Brasil tem poder limitado para defender a aprovação de envio de tropas de paz à região, uma vez

que não faz parte do Conselho de Segurança da ONU, órgão com poder de decisão nesse setor. Ele observou que o Brasil está aberto para ser o fiel da balança com o objetivo de se colocar um fim nos conflitos do Oriente Médio.

Aloizio Mercadante (PT-SP) aplaudiu “a firmeza da diplomacia brasileira” no resgate seguro de cidadãos brasileiros no Líbano. Na mesma linha, Romeu Tuma (PFL-SP) qualificou de corajosa as ações do Itamaraty. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC) também enalteceram o trabalho de Amorim.

Doha

A rodada de Doha (Qatar) das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) é, na opinião de Celso Amorim, de fundamental importância para o Brasil, já que, como lembrou, pela primeira vez o organismo debate, como tema principal, os subsídios agrícolas.

Apesar de reconhecer que a suspensão da rodada representa um impasse nas negociações sobre o combate ao protecionismo agrícola, o chanceler ressaltou que continuará lutando para que os países ricos abram o comércio às nações em desenvolvimento.

Em resposta ao presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), Amorim defendeu que os países em desenvolvimento tenham maior poder de decisão nas Nações Unidas.



Presidente da CE, Wellington Salgado (C) acompanha debate sobre criação de incentivo

Comissão debate fundo para o setor audiovisual

Em audiência pública na Comissão de Educação (CE), o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, disse ontem que a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, prevista pelo Projeto de Lei 7.193/06, do Executivo, poderá permitir uma autonomia mínima indispensável à produção cine-

matográfica no Brasil. A matéria tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Também participaram da audiência pública, entre outros convidados, o diretor-executivo da Globo Filmes, Carlos Eduardo Rodrigues; o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes (Abradi), Bru-

no Wainer; e o diretor e produtor de cinema Roberto Farias.

O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – que funciona no âmbito da Comissão de Educação –, atendendo a requerimento apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Agripino: pefelistas suspeitos poderão ser expulsos

José Agripino (PFL-RN) disse ontem que, se for apontado no relatório da CPI dos Sanguessugas o envolvimento de algum parlamentar do PFL, o partido já sabe o que fazer: um processo disciplinar será aberto no dia seguinte e o parlamentar – ou parlamentares – será desfiliado e terá o registro da respectiva candidatura cassado. Para isso, o partido já indicou como relator do processo disciplinar o senhor João Roma Neto, presidente do PFL Jovem. Os acusados terão oito dias para apresentar sua defesa.

O senador assinalou que, levando em conta o que já foi apurado pela CPI dos Sanguessugas, exis-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Envolvidos com sanguessugas sofrerão processo disciplinar, informa Agripino

tem diversos graus de culpabilidade. Ele lembrou que, até agora, foram constatados depósitos em contas bancárias de parlamentares e/ou de pessoas ligadas a parlamentares, propinas pagas em dinheiro vivo e pessoas que foram apenas citadas por Darci Vedoin, dono da empresa Planam.

– Vamos aguardar o relatório da CPI dos Sanguessugas com nomes, fatos e circunstâncias.

Antonio Carlos quer investigar execução orçamentária

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ontem, em Plenário, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de viabilizar a aprovação de requerimento de sua autoria que solicita a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a execução orçamentária do governo Lula. Para justificar a necessidade dessa investigação, ele apontou a existência de supostas irregularidades em obras rodoviárias na Bahia realizadas com verbas do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (Dnit).

Com a CPI sobre a execução orçamentária do atual governo,



ACM pede que seja instalada CPI para apurar informações sobre atual governo

o senador pretende provar que “o presidente Lula mente cinicamente e que o Executivo tem uma corja de ladrões”.

Antonio Carlos expressou ainda seu apoio a discurso feito pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), na terça-feira, em que o tucano se mostrava indignado pela suposta compra de apoio político pelo atual governo no período eleitoral.

PEC que acaba com a reeleição é aprovada na CCJ, registra Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou a aprovação, na manhã de ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC) que acaba com a possibilidade de reeleição, no período subsequente, para os cargos de presidente da República, governador e prefeito.

De acordo com a proposta, quem houver sucedido ou substituído os chefes do Executivo nos seis meses anteriores à eleição também não poderá se candidatar.

O senador também pediu a



Alvaro chama atenção para artigo que condena corporativismo no Congresso

inserção nos Anais do Senado de artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no *Jornal do Brasil* de ontem, intitulado “O Congresso pede socorro”. A matéria condena o corporativismo no Congresso, que resulta na impunidade de parlamentares corruptos, e analisa a possibilidade de reeleição desses parlamentares nas eleições deste ano.

Presidente do PFL quer sindicância para apurar por que não foi veiculado nenhum dos discursos feitos por senadores da oposição com críticas ao presidente Lula

Bornhausen aponta censura à oposição na *Voz do Brasil*

O presidente do Partido da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen (SC), pediu ontem em Plenário ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a abertura de uma sindicância para apurar o que considerou um ato de censura que teria sido praticado contra ele próprio e contra os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Bornhausen registrou que nenhum dos três pronunciamentos realizados na sessão de terça-feira, com críticas ao presidente Lula e ao governo federal, entrou na seleção das matérias veiculadas no espaço reservado ao Senado na *Voz do Brasil*, que é produzido pela Rádio Senado.

– Já é estranho que no *Jornal*



Ausência das falas no noticiário nacional é censura, considera Jorge Bornhausen

do Senado as críticas mais fortes tenham sido esquecidas e os espaços dedicados a esses pronunciamentos tenham sido menores do que aos de outros líderes. Mas a ausência no noticiário nacional é censura – considerou.

Em resposta a Bornhausen, Re-

nan informou que pediu ao diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, que levante os responsáveis pela suposta censura para que providências sejam tomadas. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cumprimentou Renan pela decisão de não admitir censura nos meios de comunicação da Casa.

Por sua vez, Antonio Carlos disse temer que alguém do Senado, à revelia do presidente Renan e do diretor da Secretaria de Comunicação, esteja ajudando a censurar senadores no noticiário. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) esclareceu que o governo federal não tem nenhuma participação na escolha de matérias veiculadas pelo horário reservado para o Senado na *Voz do Brasil*.

Virgílio condena “boicote” a discursos de senadores

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), cobrou uma posição do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre suposta censura aos parlamentares da oposição nos discursos transmitidos na terça-feira na *Voz do Brasil*.

Segundo Virgílio, o “boicote” à fala dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) – ambos presidentes dos seus partidos – demonstra que o presidente Lula governa “como quem quer ser ditador, como os militares da ditadura e Getúlio Vargas”. O senador lembrou que o discurso de Jereissati repercutiu



Para Virgílio, corte demonstra que Lula governa “como quem quer ser ditador”

no Planalto, obrigando Lula a fazer críticas ao senador cearense, conforme divulgaram ontem vários jornais.

Renan Calheiros solidarizou-se

Nota de esclarecimento

A Rádio Senado, responsável pela edição dos dez minutos a que o Senado tem direito no programa *Voz do Brasil*, reconhece, a propósito das críticas dos senadores Jorge Bornhausen, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, falha no critério de edição no programa da última terça-feira. Esclarece, contudo, que não há nenhuma orientação no sentido de censurar discursos. A Rádio Senado veiculou, no programa *Voz do Brasil* de ontem, as matérias que originaram as críticas.

com Jereissati e Bornhausen.

Protestaram também contra o corte dos discursos os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), entre outros.

Jereissati volta a alertar para reeleição de corruptos

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), voltou a afirmar ontem, em Plenário, que os deputados federais acusados de envolvimento com o chamado mensalão e a máfia dos sanguessugas estão entre os candidatos com mais chances de serem reeleitos para a Câmara nas próximas eleições.

Dirigindo a palavra ao presidente Lula, Jereissati disse que mensaleiros e sanguessugas estão entre os candidatos mais cotados para vencerem as eleições legislativas no Ceará. Ele fez referência ao candidato petista



Jereissati: “Mensaleiros e sanguessugas estão entre os mais cotados para vencer”

no Ceará, José Guimarães, como envolvido em casos de corrupção e lembrou que um assessor dele foi preso em um aeroporto de São Paulo no episódio que ficou

nacionalmente conhecido como “dólar na cueca”.

– Se flagrante não é mais prova, eu não sei mais o que seria prova – ressaltou, referindo-se às afirmações do presidente Lula de que o senador deveria apresentar provas das acusações que faz contra o PT no Plenário do Senado.

Jereissati informou que o PSDB iniciou processos de expulsão nesta semana de dois deputados suspeitos de envolvimento com esquemas de desvio de recursos do Orçamento da União: Domiciano Cabral (PB) e Paulo Feijó (RJ).



Mozarildo apela para que a Câmara dê prioridade a dois projetos de sua autoria

Mozarildo cobra votação de projetos para a Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para que coloque em votação duas proposições de sua autoria que contemplam recursos para projetos na Amazônia.

A primeira – um projeto de lei – destina verba para a construção de um colégio militar em Boa Vista. A segunda – uma proposta de emenda à Constituição (PEC) – prevê aplicação de parcela do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em universidades federais e centros de ensino tecnológico da região amazônica para investimentos em graduação e em pesquisa na área de biodiversidade.



Heráclito considera desrespeito ao Senado o não-atendimento a convite

Heráclito protesta contra ausência de dirigente do Citibank

Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou ontem contra o que considerou “um desrespeito” praticado pelo presidente do Citibank, Gustavo Marin, ao não comparecer, na última terça-feira, na reunião convocada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ouvi-lo.

O parlamentar sugeriu ao presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que faça um novo convite ao banqueiro ou então que o convoque a prestar os esclarecimentos na comissão. Heráclito lembrou que essa foi a segunda vez que Marin, alegando compromissos assumidos anteriormente, deixou de atender a um convite do Senado.

Senadora registra superávit em julho, com saldo positivo de US\$ 5,6 bilhões e aumento tanto das exportações quanto das importações, “contrariando expectativas da oposição”

Ideli destaca crescimento recorde da balança comercial brasileira

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), registrou o superávit recorde da balança comercial brasileira em julho, com saldo positivo de US\$ 5,6 bilhões, crescimento de 12,6% em comparação com julho do ano passado e de 38,1% sobre junho deste ano. Ela destacou que os dois indicadores – exportação e importação – apresentaram curva ascendente acentuada nos últimos dois meses, “contrariando as expectativas da oposição”.

– Muitos não querem ver os esforços das políticas do governo Lula – insistiu.

Ideli também elogiou a iniciativa do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, do PFL, pela concessão entre 9,8% e 54,3% de aumento aos professores da rede municipal, mas indagou se, caso a iniciativa tivesse sido tomada pelo governo de Lula, não seria criticada pela oposição.



Ideli comemora aumento de professores e possível instalação de CPLs em São Paulo

A senadora ressaltou ainda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando a Assembleia Legislativa de São Paulo a instalar 37 comissões parlamentares de inquérito para investigar denúncias de irregularidades na gestão do ex-governador Geraldo Alckmin. “Neste momento em que se tem enfatizado a necessi-

Fotos: Roosevelt Pinheiro

dade de investigar desvios e irregularidades e punir responsáveis, é importante que o mesmo ocorra em São Paulo”, disse.

Amamentação

Ideli chamou a atenção para o transcurso da Semana do Aleitamento Materno, que é comemorada em todo o mundo como forma de propiciar a mobilização em torno de um tema considerado pela ciência e pela medicina como de importância fundamental para a saúde.

– Embora sejam as mulheres as responsáveis diretas pela amamentação, essa é uma responsabilidade de todos – afirmou, lembrando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, quando outros alimentos devem ser acrescidos à alimentação do bebê.



César Borges: presidente quer entrar para a história com programa emergencial

Para César Borges, governo Lula deixa “triste balanço”

O senador César Borges afirmou que o governo Lula chega ao final com um “triste balanço, pois não deixa nada de consistente, nenhum legado, nenhuma obra permanente para o futuro do país e, especialmente, para o da Bahia”.

– Não há nada no governo Lula do qual se possa dizer: aqui este governo fez história, com esta ação, nada será como antes; agora, pelo menos em tal área, foi garantida uma conquista irreversível. A grande obra de Lula para o meu estado e para minha região, pasmem, é o Bolsa Família. Ele quer entrar para a história com um programa emergencial – ironizou.

Iris critica campanha pelo voto nulo e defende novo sistema partidário

Ao manifestar preocupação com o crescimento das campanhas pelo voto nulo, que se alastram sobretudo pela internet, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu ontem, da tribuna, a adoção de um sistema partidário que previna manipulações e distorções, acabe com a compra de votos e impeça as “perigosas relações” entre os poderes da República. Ela observou que a realização de uma mera reforma política que inclua o financiamento público de campanhas, votação por listas e fidelidade partidária

não será suficiente.

Para a senadora, a decepção do brasileiro com os rumos da política é uma das origens da campanha pelo voto nulo. Iris salientou que a última pesquisa do Ibope, em que o número de votos nulos ou brancos ocupa a terceira posição entre as preferências do eleitor, atingindo 9%, deve servir como alerta.

Iris também voltou a defender a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva destinada a votar uma nova estrutura tributária, previdenciária, po-



Para Iris, decepção com rumos da política é uma das origens do movimento

lítica e trabalhista. Na avaliação da senadora por Goiás, o modelo constitucional de 1988 faliu ao se transformar em uma “colcha de retalhos”, e não tem mais como se sustentar.

Tourinho pede esforço em defesa dos municípios

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) conclamou o Congresso Nacional a reforçar a defesa dos interesses dos municípios, que, afirmou, desde a promulgação da Constituição de 1988 têm recebido mais encargos e amargado sucessivas perdas de receitas transferidas pela União. Na sua opinião, a mudança desse quadro passa



Tourinho sugere revisão do pacto federativo para reverter situação

pela revisão do pacto federativo, demanda que considera urgente pelo risco de muitos municípios de médio e pequeno portes, sem condições de gerar receita própria, chegarem à insolvência.

No mesmo pronunciamento, Rodolpho Tourinho mostrou-se preocupado com a divulgação do papel desempenhado pelos senadores. O representante baiano lembrou que cabe ao senador a missão de defender os interesses do estado que representa e contribuir para o seu desenvolvimento. O parlamentar também deve estar atento, acrescentou, aos anseios do povo de seu estado, embora deva ter o compromisso de apresentar propostas que possam beneficiar o conjunto da população brasileira.

Juvêncio apóia manifesto maçônico contra corrupção

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) leu ontem, da tribuna, “Carta à Nação” divulgada pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. No documento, os maçons demonstram preocupação “com o estado de perplexidade e confusão da sociedade brasileira diante de uma seqüência interminável de escândalos que envolvem a dilapidação do patrimônio público”.

A carta foi elaborada durante a realização da 35ª Assembleia Geral da confederação, realizada no dia 12 de julho, em Foz do Iguaçu (PR). A entidade congrega as 27 grandes lojas maçônicas do Brasil – uma em cada estado, além do Distrito Federal.



Juvêncio divulga “Carta à Nação”, da Confederação da Maçonaria Simbólica